

Modernização conservadora e ensino superior no Brasil: elementos para uma crítica engajada

Epitácio Macário

Professor da Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: e_macarius@yahoo.com.br

Erlenía Sobral do Vale

Professora da Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: erlenia@yahoo.com.br

Danielle Coelho Alves

Graduanda do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE
E-mail: daniellecoelhoalves@yahoo.com.br

Resumo: O artigo aborda a modernização conservadora do ensino superior no Brasil situando o contexto histórico recente. O primeiro esforço é no sentido de comparar alguns índices econômicos e sociais brasileiros com os de outros países e, em um segundo momento analisa-se a evolução recente do ensino superior em escala nacional. As evidências mostram um inequívoco processo de privatização e mercantilização do ensino superior e a reprodução da velha estrutura do capitalismo dependente de extração colonial.

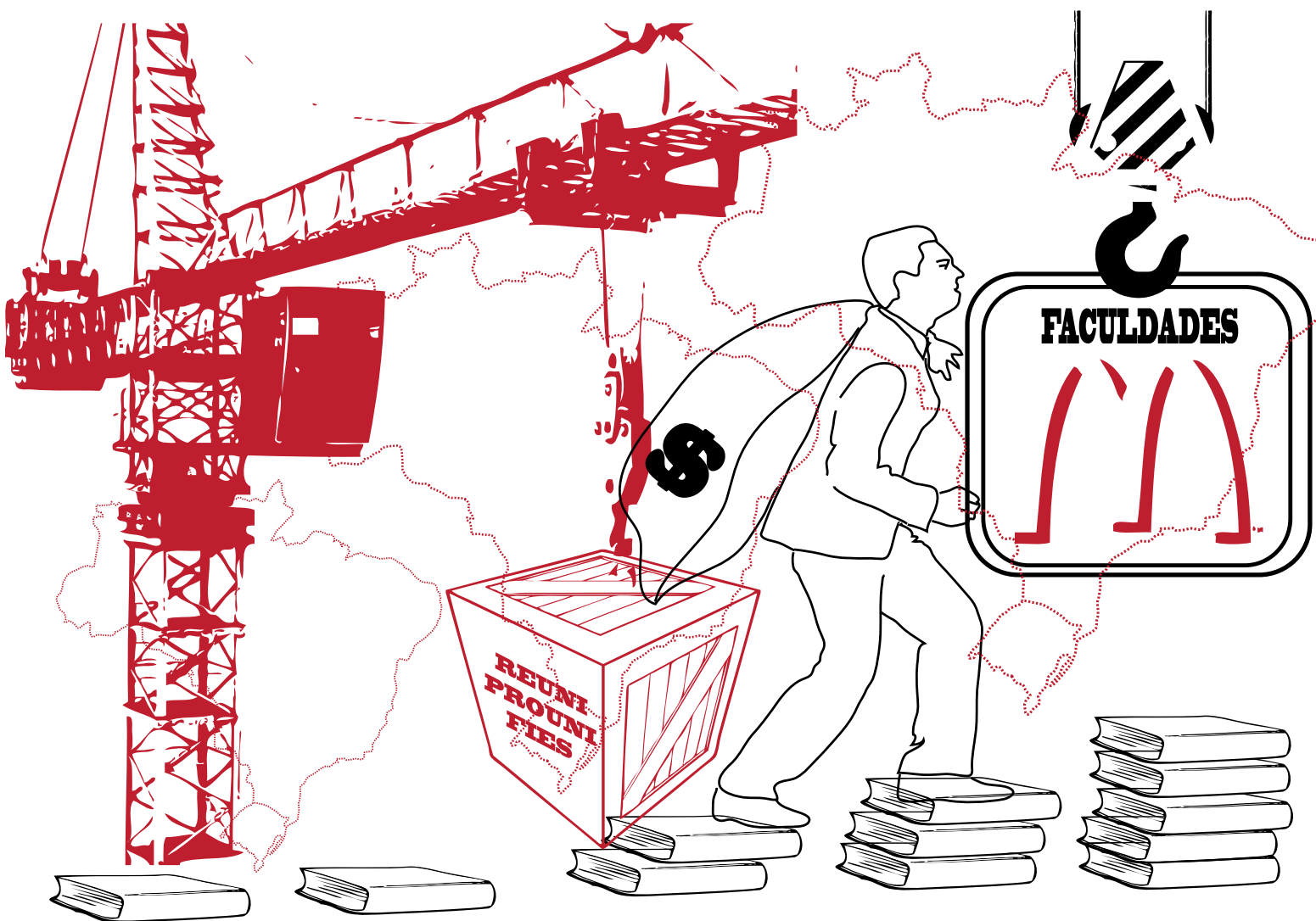
Palavras-chave: Modernização Conservadora. Ensino Superior. Público. Privado.

Introdução

A lei do desenvolvimento desigual e combinado implica que o capital se espraia para todo o mundo, mas sob formas particulares; sua lógica se põe de maneira a reproduzir diferenças substantivas entre os países clássicos, as chamadas formas prussianas e, no interior destas, as nações colonizadas e dependentes.

Sobre tal particularidade são muito instrutivas as descobertas de Ruy Mauro Marini (2000) quanto à reprodução da classe trabalhadora em condições sempre rebaixadas devido à superexploração a que é

submetida nos países dependentes, razão por que a realização do capital empregado em bens suntuosos exige que países como o Brasil, Argentina e México desenvolvam uma relação imperialista com nações também dependentes e menos desenvolvidas industrialmente – brotando, desta forma, o subimperialismo. A argumentação de Marini (2000) dá provas de que o hiato entre modernização/crescimento econômico *versus* pobreza e miséria não encerra uma contradição, mas desempenha função específica na



reprodução do capitalismo moderno nos países de formação dependente. Não é, pois, de admirar que a consolidação do capitalismo industrial no Brasil, desde os primórdios de 1970, não tenha impellido a universalização do ensino médio, tampouco a democratização da educação superior como direito de cidadania. Ocorreu algo muito diferente: a abertura do setor ao investimento privado, obrigando os trabalhadores a comprarem vagas no mercado educacional. Esta é uma das formas de realização da *modernização conservadora*.

Florestan Fernandes (2005) fez registro seminal a este respeito, arguindo que nas formações capitalistas periféricas e dependentes o desenvolvimento da economia não se faz acompanhar dos progressos socioculturais e políticos experimentados nos países centrais. A reestruturação das relações tradicionais e a instauração da “modernidade”, cá entre nós, se fazem arrimadas em severa exploração do trabalho e

num sempre mutável, mas constante, rebaixado padrão das condições materiais e culturais das classes trabalhadoras¹. Para tanto, se tecem intrincadas relações de poder que soldam os interesses dos velhos com os novos senhores do trabalho de tal sorte, que as mudanças se fazem sempre no sentido de manter a forma de dominação autocrática da burguesia, orientada e alimentada pelas relações de dependência com o grande capital internacional. É a esta forma de ser do capitalismo dependente que chamamos aqui de *modernização conservadora*.

É nesse quadro teórico que se pode compreender a funcionalidade dos baixos índices educacionais brasileiros, bem como a transformação de funções socioculturais em espaço de acumulação de capital, antes mesmo de se garantirem direitos básicos de cidadania – a exemplo do que ocorrera nos países do capitalismo clássico e naqueles de formação prussiana². É isto que procuramos mostrar nesse artigo.

O Brasil no cenário internacional

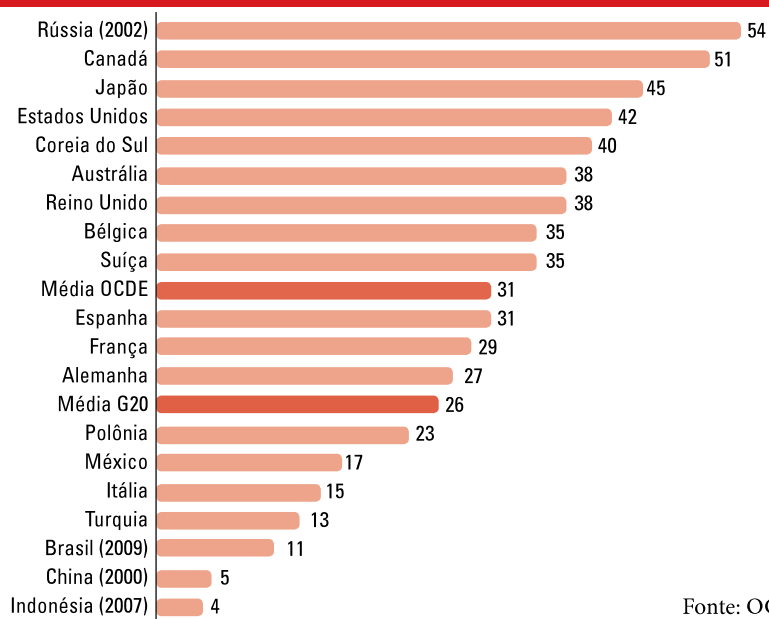
A Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômico (OCDE)³ publicou seu relatório *Regards sur l'éducation 2012*, onde consta amplo conjunto de informações sobre a evolução da educação no conjunto de países membros e noutras nacionalidades, o que permite identificar o atraso sociocultural do Brasil quando confrontado com outras nações de maior e menor porte econômico. Essa comparação é um recurso importante para o julgamento da situação vivida no Brasil, ainda que insuficiente para uma crítica mais completa, pois esta demandaria, entre outras coisas, o tratamento cruzado de outras variáveis concernentes ao desenvolvimento econômico e social. Inobstante, para efeito do que nos interessa nesse artigo, são bastante elucidativas as informações do referido relatório no que concerne ao percentual de pessoas com ensino superior (ou diplomados de nível terciário, como prefere a pesquisa) na faixa etária de 25 a 64 anos. O Gráfico 1 ilustra o comportamento desta variável em 19 países selecionados, de acordo com o tamanho do Produto Interno Bruto (PIB) de 2010, além de apresentar as médias verificadas no conjunto das nações que compõem o G20⁴ e a própria OCDE.

O gráfico é particularmente ilustrativo do atraso social brasileiro na medida em que revela que o País ocupava a antepenúltima posição no rol das nações

selecionadas, com apenas 11% da população com diploma de ensino superior na faixa etária assinalada, perdendo para países como Turquia, Itália e México. É preciso reconhecer que o volume de riquezas produzidas internamente colocava o Brasil no 7º lugar do *ranking* mundial, conforme relatório do Banco Mundial (Tabela 1). O prestígio de que gozava quanto à magnitude do PIB não se refletia nos indicadores sociais, tampouco na variável em análise, o que deixava o Brasil abaixo de países de PIB muito inferior, como é o caso da Hungria, da República Tcheca, do Chile e da Argentina, ainda de acordo com o referido relatório.

A Tabela 1 é ilustrativa das condições rebaixadas do índice de escolaridade superior dos brasileiros, quando comparado com países com renda *per capita* parecida com a do Brasil, como é o caso da Rússia, do México, da Turquia e da Polônia. O hiato que separa o País de seus congêneres amplia quando se toma o índice de diplomados de nível superior no seio da população mais jovem, com idade entre 25 e 34 anos. Na Rússia, o número de pessoas diplomadas em nível superior é cinco vezes o número do Brasil e, no México, é duas vezes – no que pese a renda *per capita* destes países serem inferior à brasileira. A mesma lógica acontece na comparação com a Turquia, cujo PIB *per capita* é similar ao do Brasil e, todavia, o número de pessoas com nível superior nessa faixa etária ultrapassa o do nosso País em cinco pontos percentuais (p.p.).

Gráfico 1: percentual de pessoas de 25 a 64 anos, diplomados de nível superior, nas principais economias mundiais (2010)



Fonte: OCDE. Elaboração dos autores

Tabela 1: PIB, PIB *per capita* e percentual de diplomados de nível superior das maiores economias do mundo (2010)

País	PIB*	PIB <i>per capita</i>	% de diplomados de nível superior**				
			25-64 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos
Estados Unidos	14,4 tri	46.611	42	42	43	40	41
China (1)	5,9 tri	4.432	5	6	5	3	3
Japão	5,4 tri	43.063	45	57	50	46	29
Alemanha	3,2 tri	40.163	27	26	28	27	25
França	2,5 tri	39.170	29	43	34	22	18
Reino Unido	2,2 tri	36.256	38	46	41	35	30
Brasil (2)	2,1 tri	10.992	11	12	11	11	9
Itália	2,0 tri	33.786	15	21	16	12	11
Índia	1,6 tri	1.375	**	**	**	**	**
Canadá	1,5 tri	46.212	51	56	57	47	42
Rússia (3)	1,4 tri	10.481	54	55	58	54	44
Espanha	1,3 tri	29.956	31	39	35	26	18
Austrália	1,1 tri	51.085	38	44	40	35	30
México	1,0 tri	9.127	17	2	16	16	12
Coreia do Sul	1,0 tri	20.540	40	65	47	27	13
Turquia	731,1 bi	10.049	13	17	12	9	9
Indonésia (4)	708,0 bi	2.951	4	**	**	**	**
Suíça	552,2 bi	70.561	35	40	38	33	28
Polônia	469,7 bi	12.303	23	37	23	15	13
Bélgica	468,5 bi	43.006	35	44	39	31	26
	Média OCDE		31	38	33	28	23
	Média G20		26	37	33	27	23

*Fonte: Banco Mundial. Indicadores del desarrollo mundial. Valores em dólar USA a preços atuais

** Fonte: OCDE – Regard sur l'éducation 2012

Ano de referência dos dados educacionais 2000

Ano de referência dos dados educacionais 2002

Ano de referência dos dados educacionais 2009

Ano de referência dos dados educacionais 2007

Chama a atenção o caso da Coreia do Sul que, sendo um País de industrialização recente, foi capaz de levar a escolarização de nível superior para 65% das pessoas entre 25 e 34 anos de idade, sendo seguida pelo Japão (57%) e Canadá (56%). Mesmo quando se deixa de lado os extremos e se trabalha com a média, o caráter regressivo do caso brasileiro salta aos olhos, pois enquanto nos países da OCDE 38% da população de 25 a 34 anos têm diploma de nível superior e no grupo de países que compõem o G20 a proporção é de 37% da população, no Brasil o índice é de 12%.

O relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) traz importantes revelações quanto à escolaridade de nível superior (ou terciário) das quais destacamos, para fins comparativos, a taxa bruta de matrículas nas principais economias mundiais e em países latino-americanos.

Conforme se observa na Tabela 2 a seguir, o Brasil

apresenta substancial melhora na taxa bruta de matrículas no nível superior, saindo de 14% em 1999 para 30% em 2007. Essa melhora deveu-se à insidiosa ampliação do empresariamento da educação superior, o que coloca o País entre as primeiras cinco posições em oferta de ensino privado no rol dos países selecionados.

Mesmo em face da massificação do ensino superior por via do mercado (verificar dados do tópico seguinte), em 2007 o Brasil ocupava o 20º lugar no rol dos países selecionados quanto à taxa bruta de matrículas, perdendo para seus vizinhos latino-americanos: Argentina, Uruguai, Chile, Venezuela e Equador. Nessa variável, o País ficava atrás de países com renda *per capita* similar como a Polônia, a Rússia e a Turquia, bem como exibia índice ligeiramente inferior ao observado na média dos países da América Latina e Caribe. Já quando comparado com a média da Europa Central/Oriental e América

Tabela 2: Matrículas e taxa bruta de matrículas no ensino superior em países selecionados

País	MATRÍCULA TOTAL 2007		TAXA BRUTA DE MATRÍCULAS	
	NR absoluto	% privado	1999	2007
Coreia do Sul	3.209.000	80	73	95
Estados Unidos	17.759.000	26	73	82
Rússia	9.370.000	***	***	75
Austrália	1.084.000	4	65	75
Espanha	1.777.000	14	57	69
Itália	2.034.000	8	47	68
Polônia	2.147.000	32	45	67
Argentina	2.200.000	25	49	67
Uruguai	159.000	11	34	64
Bélgica	394.000	56	57	62
Reino Unido	2.363.000	80	45	58
Japão	4.033.000	80	45	58
França	2.180.000	17	52	56
Chile	753.000	77	38	52
Venezuela	1.3381.000	45	28	52
Suíça	213.000	19	36	47
Turquia	2.454.000	5	22	36
Equador	444.000	26	***	35
Colômbia	1.373.000	45	22	32
Brasil	5.273.000	73	14	30
México	2.529.000	33	18	27
Paraguai	156.000	57	13	26
China	23.346.000	***	6	23
Indonésia	3.755.000	74	***	17
Índia	12.853.000	***	10	12
Média Europa Central e Oriental			38	62
Média América do Norte e Europa Ocidental			61	70
Média América Latina e Caribe			21	34

Fonte: UNESCO. Compendio mundial de la educación 2009

do Norte/Europa Ocidental a disparidade é extrema: estas médias ultrapassam os índices brasileiros em mais de duas vezes.

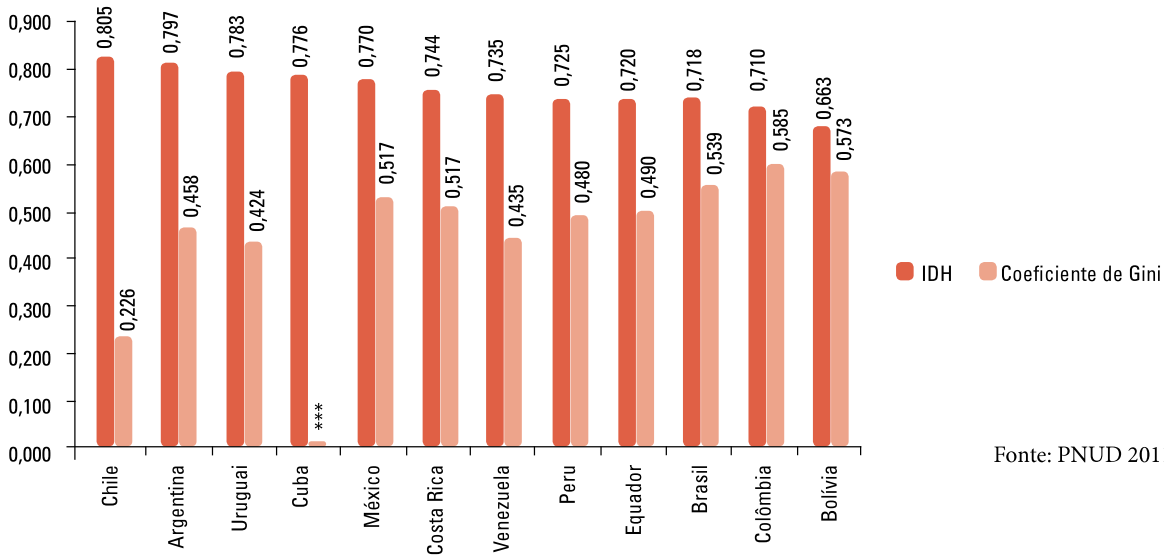
Situação similar se revela quando tomamos o Índice de Desenvolvimento Humano e o Coeficiente de Gini que medem o bem-estar e o grau de desigualdade social.

O Gráfico 2 está organizado em ordem decrescente de IDH, mostrando que num rol de 12 países latino-americanos, o Brasil ocupa a 10ª posição em IDH e a 9ª no Coeficiente de Gini. Mais uma vez se comprova a disparidade existente entre potencial econômico (o Brasil é a maior economia dentre os 12) e progressos socioculturais.

Estes dados, além de outras nuances, ressaltam

uma forma de ser da evolução do capitalismo que traz importantes implicações para o plano da compreensão racional, o plano metodológico. Com efeito, percebe-se que o progresso na esfera social e educacional não é função direta e automática do crescimento econômico ou da magnitude da riqueza produzida internamente. É indiscutível que a produção econômica fornece as condições materiais para progressos no plano social, e, da mesma forma, a evolução das esferas extraeconômicas fornecem as condições sociais do desenvolvimento no plano estrito da economia. A relação, todavia, destas diferentes esferas (econômicas, sociais, políticas, culturais) são muito mediadas num quadro de interações complexas, o que põe por terra as derivações mecânicas das

Gráfico 2: IDH e Coeficiente de Gini de países selecionados (2011)



Fonte: PNUD 2011

estruturas socioculturais diretamente da base econômica e vice-versa.⁵ Nunca é demais ressaltar que o capitalismo comporta e exige estruturas sociais e culturais muito diversificadas, e estas, de modo algum, podem ser consideradas epifenômenos da produção econômica.

As conquistas teóricas referidas na Introdução, se não explicam os fenômenos atuais na sua inteireza, realçam, ao menos, traços gerais da particularidade do capitalismo dependente e, no seio deste, as particularidades brasileiras. Trazê-las para o debate foi importante não apenas para lançar luzes sobre a situação do Brasil no cenário internacional, mas porque estas indicações metodológicas sinalizam para a incapacidade das burguesias dependentes de absorverem demandas das camadas populares – nomeadamente, a valorização do trabalho, a participação nos bens culturais e a criação de amplo espectro de direitos sociais universais. Estas demandas, por consequência, só podem ser empunhadas em sua amplitude pelas forças do trabalho, dado que confrontam imediatamente com a estrutura do capitalismo dependente. Este é o caso das históricas lutas das classes subalternas e, em particular, do movimento estudantil, pela democratização do acesso ao ensino superior, demanda a que as classes dominantes domésticas e o Estado ofereceram e oferecem respostas manipulatórias e essencialmente conservadoras – pela extensa e insidiosa oferta de vagas no setor privado. É o que se tentará demonstrar a seguir.

O público e o privado na evolução recente do ensino superior brasileiro

Advogamos que a relação entre desenvolvimento econômico e funções políticas e socioculturais se realiza por mediações, apresentando grande variabilidade em função de particularidades locais. No que respeita a implantação de sistemas universitários, convém lembrar que “o Brasil atrasou-se de dois a três séculos, nesse campo, em relação a diversos países do continente” mesmo se considerando “as precárias experiências de universidade em Manaus (1909), São Paulo (1910) e Curitiba (1912), das primeiras duas décadas do século XX”. (Sguissardi, 2009, p. 288). Esses dados corroboram a ideia já apresentada, segundo a qual o progresso no campo sociocultural e político não advém automaticamente do desenvolvimento econômico. O próprio autor arremata:

A desigual experiência universitária em países de colonização inglesa, espanhola e portuguesa alerta para o fato de que esta instituição não possui, para sua implementação e desenvolvimento, uma relação bastante direta ou estreita apenas com o desenvolvimento econômico, mas sofre influência de diversos outros fatores, como os políticos, religiosos e culturais em geral, que caracterizam a seu modo tanto os impérios inglês e espanhol, quanto o português. (Sguissardi, 2009, p. 288)

Para efeito de caracterização de como a modernização conservadora se expressou na história recente do ensino universitário brasileiro, tendo por foco a relação público x privado, é importante realçar que o protagonismo do empresariado nessa área não é uma exceção histórica recente: ele foi parte de toda a história da República. Isto é largamente comprovado na pesquisa de Minto (2006), para quem o crescimento do ensino privado se consolida entre 1933 e 1965, dando saltos quantitativos no período que vai de 1965 a 1980 como consequência, inclusive, da reforma de 1968. Essa reforma deixou profundas marcas na estrutura, organização e gestão do ensino superior.

A modernização conservadora da ditadura brasileira criou a universidade tecnocrática visando à adequação ao crescimento econômico acelerado e aos interesses políticos burgueses. A reforma de 1968 objetivou vincular o ensino superior mais estreitamente às demandas do mercado e das funções da administração pública, além de acalmar os ânimos da juventude, que exigia mais vagas na universidade. Ora, a resposta às reivindicações de vagas só poderia ser dada por meio da reestruturação das instituições de ensino superior e pela expansão da fatia privada nesse serviço. Na perspectiva de Minto (2006) e Paula (2002), tal reforma teve como princípio basilar a ideia de racionalidade como forma de dotar o ensino superior de eficiência e eficácia em face das demandas do crescimento econômico. Na síntese de Paula (2002, p. 134).

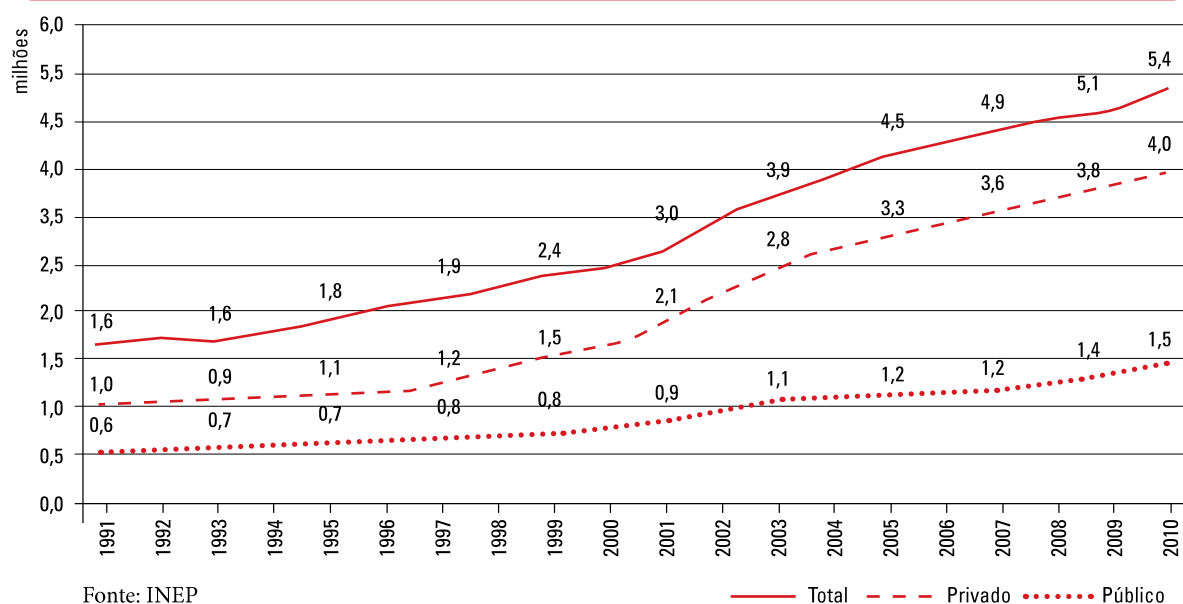
Dever-se-ia racionalizar: a organização das atividades acadêmicas, a administração universitária, a expansão do ensino superior, os gastos com a educação, a distribuição das vagas pelos exames vestibulares, a oferta dos cursos voltada para a demanda do mercado profissional e industrial etc. Qualquer que fosse o ângulo, a racionalização era vista como o caminho por excelência da reforma universitária, atrelando-a ao processo de desenvolvimento nacional. Isto porque o processo educacional era associado à produção de uma mercadoria que, como todo processo econômico, implicava em um custo e um benefício. Portanto, a universidade foi revestida de uma onda tecnocrática, na qual a palavra de ordem era racionalidade, compreendida como algo que levasse à maximização do rendimento do processo educacional.

As semelhanças com o que ocorreu no ensino superior brasileiro nas últimas duas décadas são transparentes. Com efeito, as significativas mudanças que se vêm operando nesse campo tomam como justificativa: 1ª) a adequação – tomada como imperativo! – do ensino superior às demandas econômicas num mundo globalizado; 2ª) a impossibilidade do Estado em responder à demanda por esse nível de ensino que implica transferência desse filão para empresas privadas; 3ª) a ineficiência e ineficácia da universidade pública que exige, para sua correção, a imposição da lógica empresarial sobre o financiamento, a estruturação e a gestão destas instituições.

Esteada em tais premissas, a política educacional vem operando, desde os anos 1990, importantes mudanças no ensino superior, que podem ser assim resumidas: a) reestruturação curricular objetivando a sobredita adequação aos saberes e competências requeridas pelo mercado, o que, em regra, tem resultado no retorno do tecnicismo, no aligeiramento e empobrecimento da formação superior; b) o condicionamento de verbas para instituições públicas à realização de metas quantitativas, sob rígido controle baseado na lógica empresarial (caso do REUNI); c) a diversificação da estrutura institucional do ensino superior, criando as condições para o vertiginoso crescimento de faculdades isoladas, centros universitários e institutos superiores, principalmente no setor privado.⁶ O Gráfico 3 ilustra bem o processo de privatização aqui referido.

A evolução das matrículas totais é um dado alvissareiro, pois, no curso de duas décadas, elas cresceram na ordem de 318%. Quando se desmembram os dados segundo a categoria administrativa, entretanto, a modernização conservadora mostra-se cristalina: esse crescimento foi determinado pelo protagonismo privado, que evoluiu positivamente na proporção de 415%, enquanto o crescimento no setor público ficou em 241%. Note-se que o crescimento privado se deu de forma mais pronunciada na última década, certamente puxado pela política econômica, focada na facilitação dos investimentos privados induzidos, inclusive, por fundos estatais.⁷ A Tabela 3 complementa o Gráfico 3 de forma bastante interessante.

Comparando-se o Gráfico 3 com a Tabela 3, percebe-se que ao mesmo tempo em que há um vertiginoso

Gráfico 3: Evolução das matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Brasil (1991 - 2010)**Tabela 3: Relação Inscritos/Vagas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - BR, NE e CE (1991-2010)**

Ano	BRASIL		NORDESTE		CEARÁ	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1991	6,2	2,7	5,7	4,0	6,9	3,6
1992	6,1	2,2	4,9	3,0	5,2	3,4
1993	6,6	2,4	5,9	3,0	6,3	3,1
1994	7,3	2,4	6,5	3,1	7,3	4,0
1995	7,9	2,9	7,3	4,4	7,4	5,9
1996	7,5	2,6	6,8	3,7	8,7	6,4
1997	7,4	2,6	6,4	3,2	7,3	5,8
1998	7,5	2,2	6,6	2,9	7,7	4,8
1999	8,0	2,2	6,7	2,7	6,8	3,8
2000	8,9	1,9	7,9	2,2	8,5	3,4
2001	8,7	1,8	7,2	2,1	9,3	3,0
2002	8,9	1,6	7,1	1,8	9,9	2,4
2003	8,4	1,5	8,3	1,5	9,8	1,6
2004	7,9	1,3	7,3	1,4	8,3	2,1
2005	7,4	1,3	7,0	1,5	9,9	1,9
2006	7,1	1,2	7,2	1,4	7,1	2,3
2007	7,0	1,2	6,3	1,4	7,1	2,3
2008	7,1	1,2	6,1	1,3	6,5	2,2
2009	6,6	1,3	6,9	1,8	10,2	2,2
2010	7,6	1,2	8,8	1,3	9,5	1,6

Fonte: INEP. Elaboração dos autores

so crescimento de matrículas no ensino privado, esse setor econômico dá claros sinais de saturação, evidenciados na descendência da razão entre ingressos e vagas ofertadas. Enquanto no ensino público essa razão mantém média em torno de 7,5, 6,8 e 8,1 pontos para o Brasil, Nordeste e Ceará, no setor privado essa

média é de 1,9 pontos na escala nacional, 2,4 na regional e 3,3 na estadual. Isto sinaliza que o setor privado está saturado, materializando a anarquia da produção que impera na economia capitalista, no caso em estudo, determinada pelos estreitos limites da renda dos trabalhadores – que, ao fim, é quem compra os servi-

ços educacionais no País. Uma rápida digressão sobre este ponto ajuda a compreender o fato.

A Tabela 4 ajuda a compreender a dinâmica do mercado de trabalho que, principalmente a partir do segundo mandato de Lula da Silva, tem tido importante elasticidade na absorção do imenso exército de reserva produzido entre fins dos anos 1980 e meados da primeira década do novo milênio. Esta incorporação tem se dado na base da pirâmide salarial (até 2 salários mínimos), enquanto as faixas acima de três salários mínimos têm retraído sua participação.

Observa-se que a faixa de rendimento de até 2 salários mínimos obteve importante crescimento no período, pois em 2001 abarcava 50,12% dos ocupados e, em 2011, esse número subiu para 58,77%. Já a faixa de 2 a 5 salários mínimos sofreu leve perda de participação ao decrescer de 23,89% para 21,46% no

período. As faixas acima de 5 salários mínimos sofreram perda mais acentuada, saindo de 12,92% em 2001 para 8,47% dos ocupados em 2011. Essa tabela contradiz insidiosa propaganda sobre a ascensão das novas classes médias, cujo aferimento se dá por critérios de consumo, inclusive de serviços de saúde e educação. Em verdade, não se trata de classes médias senão da incorporação de grande parte dos desempregados gerados no período anterior a 2005, prioritariamente no setor de serviços, onde prevalecem as piores condições salariais e laborais. Resguardado o fato inegável de que tal incorporação representa uma mudança (na continuidade!) do período Lula da Silva e tem expressivo impacto positivo no seio das camadas populares, é preciso saber, todavia, que os rendimentos médios dos assalariados têm piorado. O Gráfico 4 é transparente quanto a isto.

Tabela 4: Distribuição percentual das pessoas ocupadas por faixa de rendimento mensal - Brasil (2001 - 2011)

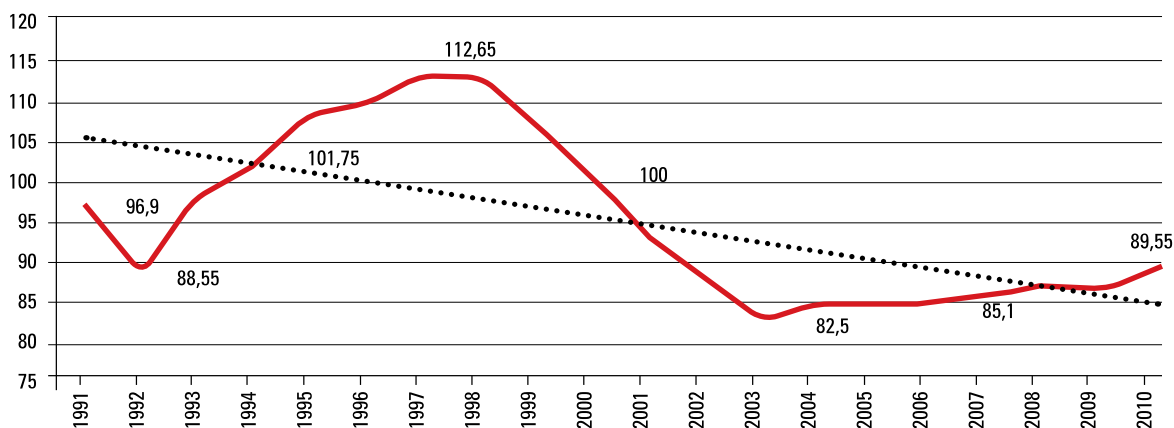
Anos / Faixas Salariais	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011
Até ½ SM	7,78	9,50	10,00	9,29	10,12	9,86	8,40	9,72	9,65	7,16
Mais de ½ a 1 SM	16,32	17,59	17,82	18,41	20,43	21,12	19,26	19,28	19,67	18,83
Mais de 1 a 2 SM	26,02	26,28	25,97	28,46	28,52	29,48	30,70	30,98	31,84	32,78
Mais de 2 a 3 SM	12,90	12,29	12,93	10,04	9,99	10,53	11,63	11,57	10,68	13,23
Mais de 3 a 5 SM	10,99	9,97	10,15	10,83	9,32	7,39	8,35	8,92	9,18	8,23
Mais de 5 a 10 SM	7,87	7,21	6,12	6,54	5,85	6,31	6,31	5,37	5,29	5,84
Mais de 10 a 20 SM	3,50	2,85	2,83	2,77	2,15	2,16	2,33	2,11	2,08	1,94
Mais de 20 SM	1,55	1,34	1,31	0,90	0,83	0,78	0,78	0,72	0,67	0,69
Sem rendimentos	11,62	11,72	11,53	11,27	11,66	11,00	10,53	9,49	8,86	7,55
Sem declaração	1,44	1,24	1,34	1,49	1,13	1,38	1,70	1,83	2,10	3,75
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE (PNAD) – Elaboração dos autores

Nota 1: SM = Salário Mínimo Nacional

Nota 2: Em 2010 foi realizado o censo nacional e não PNAD

Gráfico 4: Evolução do índice de rendimento médio real do setor público e setor privado - São Paulo (2000=100)*



Fonte: DIEESE. Elaboração dos autores

Nas condições de grande desemprego, de precarização do trabalho e de nivelamento por baixo dos rendimentos dos trabalhadores assalariados era de se esperar que a demanda de matrículas no ensino privado – induzida pela falta de vagas nas instituições públicas – resultasse em elevadas taxas de inadimplimento⁸, na medida em que essa demanda é composta primordialmente por trabalhadores assalariados ou filhos de assalariados. Tendo que comprar sua graduação no *fast food* educacional, nas condições referidas, a lei do subconsumo logo se apresentaria como limite à expansão da lucratividade dos capitais investidos no setor, porque, como relatam estudos ricos em sabedoria, os trabalhadores *preferiram* adquirir no mercado os bens de primeira necessidade (e outros bens) em vez de *agregar valor ao seu capital humano por meio da educação superior*.⁹ Não por outro motivo, estudiosos preocupados com a saúde dos empreendimentos educacionais têm dedicado esforços ao estudo dos fatores de risco para os investimentos na área, concentrando no problema do atraso de pagamentos de mensalidades¹⁰.

Em face, pois, dos ardis do mercado que, de fato, ofereceram obstáculos à expansão lucrativa do setor, os neoliberais não tiveram nenhuma cerimônia em requerer a presença forte do Estado para corrigir os desequilíbrios, disponibilizando o manancial do fundo público. É este o caso do vertiginoso aumento do Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI), empunhados com parcimônia no período de FHC e com grande entusiasmo pelos formuladores da política econômica e das políticas públicas dos governos Lula/Dilma. Tem razão, pois, Larissa Dhamer Pereira ao afirmar que o governo Lula precisa ser analisado de modo que não se deixem de incorporar suas diferenças em relação ao anterior, tampouco se deixem na penumbra os fatores de continuidade travestidos de verniz democratizante. No caso da educação superior, a autora é taxativa:

O discurso governamental baliza-se pela defesa da expansão da educação superior, isto é, a democratização do acesso ao nível superior de ensino, utilizando-se, para tanto, dos seguintes meios: a) participação do setor privado presencial, através de ampla isenção

fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI); b) participação dos setores público e privado de ensino a distância (EaD); c) ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); d) reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, através das parcerias público-privadas (Pereira, 2009, p. 272).

As prioridades dos governos Lula/Dilma expressam, portanto, uma continuidade da lógica da modernização conservadora na política de educação superior, em particular por aderirem solenemente aos indicativos dos organismos multilaterais, segundo os quais a expansão do acesso ao ensino superior na realidade dos países periféricos só pode se efetivar pela via do mercado, bem como pela diversificação desse nível de ensino. Essa orientação tem função ideológica estratégica, pois aparentemente atende a demandas históricas das classes subalternas e, concretamente, garante mercado e lucratividade para inversões de capitais em importante nicho, numa época de crise estrutural.



Considerações finais

Parece plausível concluir, com base nas demonstrações feitas há pouco, que a dinâmica econômica, social e política recente recuperou e atualizou velhas características da modernização conservadora. Afirmar isto, porém, não significa desconhecer as novas formas de inserção da economia doméstica no mercado mundial ou a emergência de novas relações e sujeitos no cenário social e político contemporâneo. As velhas estruturas desiguais, a superexploração do trabalho e o exercício da democracia restrita foram repostos, sim, em condições históricas muito diversas daquelas dos anos 1960/1970 e protagonizadas por sujeitos sociais e políticos também diferentes. Como afirma Marilda Yamamoto (2011, p. 128): “As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes [...]”.

A situação rebaixada do País quanto à diplomação de nível superior, à taxa bruta de matrículas no ensino superior, ao Coeficiente de Gini e ao Índice de Desenvolvimento Humano, quando comparado com as vinte maiores economias mundiais (grupo do qual o Brasil participa na sétima posição), fornece evidentes provas para essa tese. Esta perspectiva ganha reforço na medida em que demonstramos que o País se encontra abaixo mesmo das nações latino-americanas que detêm menor Produto Interno Bruto.

A análise da expansão do ensino superior também reforça a tese, pois o crescimento diminuto do setor público expressa a opção das classes dominantes domésticas em obstruir um direito historicamente reivindicado pelas classes trabalhadoras e pelo movimento estudantil. Significa também a opção por diminuir a intervenção do Estado no financiamento de direitos de cidadania, embora isto não signifique diminuição de gastos por parte do ente público. Com efeito, a política de renúncia fiscal e de transferência de fundos públicos para financiar vagas nas empresas educacionais representa grande custo para os cofres públicos, evidenciando a hipertrofia do Estado na função de salvaguarda da lucratividade do capital. Com tais políticas, os números de acesso ao ensino superior melhoram e os porta-vozes do Estado podem ostentar os índices quase sempre precedidos de

ufanismos do tipo “nunca antes nesse País se viveu tamanho crescimento”. Ao mesmo tempo, o fundo público funciona como alavanca do desenvolvimento do setor que mostrou claros sinais de saturação e vinha enfrentando elevados índices de inadimplência. Pinto (2004, p. 730) capturou e expressou bem essa lógica nos primeiros anos do milênio:

[...] o modelo de expansão da educação superior adotado no Brasil, em especial a partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), em plena ditadura militar, e intensificado após a aprovação da LDB (Lei nº 9.394/96), no governo Fernando Henrique Cardoso, que teve como diretriz central a abertura do setor aos agentes do mercado, não logrou sequer resolver o problema do atendimento em níveis compatíveis com a riqueza do País, além de ter produzido uma privatização e mercantilização sem precedentes, com graves consequências sobre a qualidade do ensino oferecido e sobre a equidade.

De maneira geral, podemos verificar que a expansão do ensino superior brasileiro vem se consolidando através do protagonismo empresarial, que conta com ampla indução estatal por meio de programas como FIES, PROUNI e REUNI. Tal expansão, além de garantir a reprodução lucrativa de capital privado – cumprindo função econômica estrita – incide fortemente sobre a consciência do povo ao ser propagandeado como democratização do acesso à universidade – o que cumpre função ideológica legitimadora. Está em curso, pois, um projeto político assentado num amálgama de forças e interesses que, sendo diversos, são também coesos na defesa – aberta ou velada – da submissão do Estado ao grande capital, repondo a autocracia burguesa de forma inédita. E o ineditismo avança ao ponto de, hoje, essa autocracia ser mediada pela ação de sujeitos e forças políticas que deitam raízes históricas nas lutas do trabalho e nos movimentos sociais. Estes são alguns dos mais importantes – e instigantes! – traços do processo brasileiro por meio do qual o novo se põe como forma de manter o velho. **US**

notas

1. Apoiando-se em Florestan Fernandes, Marilda Yamamoto (2011, p. 131) assim se refere à transição para o capitalismo industrial no Brasil: “No País essa transição não foi presidida por uma burguesia com forte orientação democrática e nacionalista voltada à construção de um desenvolvimento capitalista interno autônomo. Ao contrário, ela foi e é marcada por uma forma de dominação burguesa que Fernandes qualifica de ‘democracia restrita’ – restrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. O País transitou da ‘democracia dos oligarcas’ à ‘democracia do grande capital’, com clara dissociação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático”.

2. Utilizamos nesse artigo a denominação “modernização conservadora” com um único objetivo: expressar o caráter essencialmente conservador das funções sociais, políticas e culturais das formações capitalistas prussianas de extração colonial. Sobre a diferenciação entre formações clássicas, prussianas e de extração colonial, consultar o elegante ensaio de José Chasin intitulado “A via colonial de entificação do capitalismo” (Chasin, 2000).

3. Países membros da OCDE: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Estônia, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Eslováquia, República Tcheca, Reino Unido, Eslovênia, Suécia, Suíça e Turquia.

4. O G20 congrega países ricos e emergentes. São eles: África do Sul, Argentina, Brasil, México, Canadá, Estados Unidos, China, Japão, Coreia do Sul, Índia, Indonésia, Arábia Saudita, Turquia, França, Alemanha, Itália, Rússia, Reino Unido, Austrália e União Europeia.

5. É instrutivo a este respeito o pronunciamento de István Mészáros (1993, p. 77) sobre a metodologia dialética de Marx: “Em uma concepção mecanicista, há uma linha de demarcação definida entre o ‘determinado’ e seus ‘determinantes’, mas não é o que ocorre no quadro de uma metodologia dialética. Nos termos dessa metodologia, embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os ‘determinantes fundamentais’ do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, ‘determinantes *determinados*’. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes

de apreender sua ideia de ‘interações complexas’, nos mais variados campos da atividade humana. Desse modo, as várias manifestações institucionais e intelectuais da vida humana não são simplesmente ‘construídas sobre’ uma base econômica, mas também *estruturam* ativamente essa base econômica, através de uma estrutura própria, imensamente intrincada e relativamente *autônoma*”.

6. Cf. Haddad (2008, p. 12) para quem “o setor de serviços é um dos setores de interesse da Organização Mundial do Comércio; nele, a educação é um dos serviços disponibilizados para fins de comercialização internacional e diminuição de barreiras (...) o ensino privado é um mercado crescente no setor de serviços, crescente e rentável. No mundo inteiro, os interesses privados sobre esse bem público vêm ocupando espaço, pressionando legislações nacionais e internacionais, ampliando o mercado em cada País e no contexto internacional”. Chauí (2003, p. 6) também se pronuncia sobre o assunto, advertindo que “a localização da educação no setor de serviços significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado”.

7. Parece importante, do ponto de vista metodológico, que o pensamento crítico seja capaz de incorporar aquilo que especifica o governo Lula/Dilma em relação ao antecessor (FHC) e, assim, compreender que há mudanças na superfície em prol da continuidade do essencial. A maior e melhor instrumentalização do Estado em função da acumulação privada de capital parece ser uma dessas mudanças na continuidade.

8. A Revista de Ensino, órgão do Sindicato das Entidades Mantenedoras do Ensino Superior no Estado de São Paulo (SEMESP), na edição de 29/8/2011, publicou matéria sobre a inadimplência no setor, chamando a atenção para o fato de o índice superar a inadimplência nos demais setores da economia. Depois de afirmar que o setor apresentou melhoras em 2010, adverte: “Mas apesar da melhora dos resultados, o nível de inadimplência no setor é considerado crítico. Ao comparar com a taxa de inadimplência total de pessoa física no Brasil, divulgada pelo Banco Central, verifica-se que a inadimplência no ensino superior privado ainda está muito acima dos demais. Enquanto a inadimplência total de pessoas físicas chegou a 5,70% no final de 2010, nas instituições de ensino superior privado a taxa atingiu 9,58%, ou seja, 68% acima dos demais setores da economia. A inadimplência no ensino superior privado chega a ser mais de 65% superior à inadimplência de todos os setores consolidados.” Noutra matéria, de 30/6/2011, registra-se protesto do presidente do Sindicato contra a Lei 9.870/90, que veta punições a alunos inadimplentes: “Para o presidente

do Semesp, Hermes Ferreira Figueiredo, a diminuição da inadimplência pouco ameniza as dificuldades do setor, hoje responsável por 75% das matrículas da educação superior no País. “O segmento sofre o impacto da Lei nº 9.870/99, conhecida como ‘Lei do Calote’, que não permite a aplicação de penalidades quando o aluno está inadimplente. A educação não pode ser a última opção de pagamento do aluno. Nesse aspecto, a legislação prejudica, já que o ensino deveria ser prioridade”, afirma o educador. O educador refere-se ao que preceitua o Art. 6º da referida Lei: “São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas por motivo de inadimplemento, sujeitando-se o contratante, no que couber, às sanções legais e administrativas, compatíveis com o Código de Defesa do Consumidor, e com os Arts. 177 e 1.092 do Código Civil Brasileiro, caso a inadimplência perdure por mais de noventa dias.”

9. Na seara da Economia e da Administração de Empresas, não faltam pesquisas que conseguem

chegar a sábias conclusões como esta, claro, depois de reconhecer que o fator renda familiar é um determinante da inadimplência: “O resultado da pesquisa apresenta uma conotação social que sugere que o grau de comprometimento do aluno é função do valor percebido da educação superior, que por sua feita, seria determinada pelo convívio na sociedade pós-moderna. Ou seja, os alunos inadimplentes dão prioridade aos valores mais perceptíveis pela sociedade de consumo, comprovando o paradigma pós-moderno: ‘Ter para Ser, e não, Ser para Ter’”. Cf. Holanda Júnior e Mora (2009).

10. Cf. Medeiros, Silva e Duclós (2009). Embora a pesquisa tenha como objeto o ensino privado nos níveis fundamental e médio, ela ilustra muito bem a preocupação do pensamento empresarial com o problema da inadimplência. A propósito, o artigo é interessante também porque reconhece que o rebaixamento das condições econômicas das “classes médias” brasileiras é o fator preponderante na determinação da inadimplência, aumentando o risco para o investimento no setor.

BANCO MUNDIAL. **Los indicadores del desarrollo mundial**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indice/ios-indicadores-del-desarrollo-mundial>>. Acesso em: fev. 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999**. Dispõe sobre o valor total das anuidades escolares e dá outras providências.

CHASIN, J. A via colonial de entificação do capitalismo. In: _____. **A miséria Brasileira: 1964–1994 - do golpe militar à crise social**. Santo André/SP: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 n. 24. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 13 de maio de 2011

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores 2009 e 2010-2011**.

DIEESE. **Índice do rendimento médio real dos assalariados do setor público e do setor privado**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/serve/serie.do?method=dados&id=1338405567429>> Acesso em: 17 abr. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaios de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

referências

- HADDAD, Sergio. **Banco mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- HOLANDA JÚNIOR, A. e MORA, H. J. de. A inadimplência nas instituições de ensino superior privadas: causas financeiras ou sociais. In: **Revista Científica da Faculdade Lourenço Filho** - v. 6, nº 1, 2009. Disponível em: <http://www.flf.edu.br/revista-flf.edu/volume06/V6_03.pdf>. Acesso em: 2 de fev. 2012.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis/RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MEDEIROS, E. E; SILVA, W. V. da e DUCLÓS, L. C. Avaliação da inadimplência em instituições de ensino privadas: aplicação da resolução 2682/99 do Banco Central do Brasil. In: **Revista produção** – órgão da Associação Brasileira de Engenharia de Produção/Universidade Federal de Santa Catarina, v. IX, n II, 2009. Disponível em: <<http://www.producaoonline.org.br/index.php/rpo/issue/view/25>>. Acesso em: fev. 2012.
- MÉSZÁROS, István. **Filosofia Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação**. São Paulo: Ensaio. 1993.
- MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas. São Paulo: Autores Associados, 2006.
- OCDE. **Un regard sur l'éducation 2012** – les indicateurs de l'OCDE. Éditions OCDE. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/eag-2012-fr, 2012>>. Acesso em: fev. 2013.
- PAULA, Maria de Fátima de. **A modernização da Universidade e a transformação da *intelligentzia* universitária: Casos USP e UFRJ**; Florianópolis: Insular, 2002.
- PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e serviço social. **Rev. Katál. Florianópolis** v. 12 n. 2 p. 268-277 jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/17.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.
- PINTO, J. M. R. O acesso à educação superior no Brasil. In: **Educação e Sociedade**, v. 25, nº 88, p. 727-756, Campinas/SP: 2004.
- PNUD/ONU. **Informe sobre desarrollo humano 2011** – sostenibilidad y equidade: un mejor futuro para todos. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/es/informes/mundial/idh2011/>>. Acesso em: dez. 2012.
- SEMESP. **Pelo segundo ano inadimplência recua no ensino superior privado**. Disponível em: <<http://semesp1.tempsite.ws/portal/?Area=News&Action=Read&IDCategory=9&ID=12313>>. Acesso em: fev. 2012.
- SEMESP. **Revista de ensino superior**. Disponível em: <<http://revistaensinosuperior.uol.com.br/imprime.asp?codigo=12806>>. Acesso em: fev. 2012.
- SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.
- UNESCO. **Compendio mundial de la educación 2009** – comparación de las estadísticas de la educación en el mundo. Canadá (Montreal/Quebec): Instituto de estadística de la UNESCO, 2009.

referências